

Luiz Felipe Ferreira dos Santos

LIMITES DA  
COISA JULGADA  
NA REPARAÇÃO  
DE DANOS  
A DIREITOS  
INDIVIDUAIS  
HOMOGÊNEOS

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2019

STJ00107874

Copyright © 2019 by Luiz Felipe Ferreira dos Santos

Categoria: Acesso à Justiça

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

SA237I

Santos, Luiz Felipe Ferreira dos.

Limites da coisa julgada na reparação de danos a direitos individuais homogêneos / Luiz Felipe Ferreira dos Santos. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.

244 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 207-228.

ISBN 978-85-519-1232-4

1. Acesso à justiça. 2. Coisa julgada. 3. Ação civil pública. 4. Ação coletiva. 5. Direito individual homogêneo.  
I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Prefácio.....	VII
Apresentação.....	IX
<b>1 Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>2 Estado Democrático de Direito e o Acesso à Justiça .....</b>	<b>7</b>
2.1 Direito fundamental do acesso à justiça e sua evolução.....	11
2.2 Dimensões dos Direitos fundamentais .....	22
2.3 Processo como instrumento de acesso à justiça.....	28
2.4 Direito à duração razoável do processo. Do individual ao coletivo e a ação coletiva como instrumento de acesso à justiça e garantia de direitos .....	35
<b>3 Ações Coletivas .....</b>	<b>43</b>
3.1 Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos .....	43
3.2 Painel Histórico da Ação Coletiva .....	49
3.3 Princípios Fundamentais das Ações Coletivas .....	55
3.4 Da representação à substituição processual .....	64
3.5 Legitimidade ativa nas ações coletivas .....	67
3.6 Os sindicatos e as associações como instrumentos de acesso aos direitos.....	71
3.7 Ações Coletivas e o sistema de precedentes. Por segurança jurídica, igualdade e integridade.....	75
<b>4 Coisa Julgada na Tutela dos Direitos Individuais Homogêneos.....</b>	<b>83</b>

4.1 Da coisa julgada no processo individual para a coisa julgada no processo coletivo .....	88
4.2 Formação da coisa julgada.....	90
4.3 Limites subjetivos da coisa julgada nas ações que tratam de direitos individuais homogêneos .....	94
4.3.1 Limites subjetivos da coisa julgada na ação que trata de direitos individuais homogêneos e a Lei 9.494/97...	96
4.4 Limites territoriais .....	103
4.5 As cortes extremas e a coisa julgada nos direitos individuais homogêneos .....	106
4.5.1 O Supremo Tribunal Federal e os Recursos Extraordinários 573.232 e 612.043 .....	107
4.5.1.1 O Supremo Tribunal Federal e o Recurso Extraordinário 573.232.....	107
4.5.1.2 O Supremo Tribunal Federal e o Recurso Extraordinário 612.043 .....	118
4.5.2 O Superior Tribunal de Justiça e os Recursos Especiais números 1.243.386 e 1.243.887, 1.123.833 e 1.380.337 .....	140
4.5.2.1 O Superior Tribunal de Justiça e o Recurso Especial número 1.243.887.....	141
4.5.2.2 O Superior Tribunal de Justiça e o Recurso Especial número 1.243.386.....	146
4.5.2.3 O Superior Tribunal de Justiça e os Recursos Especiais números 1.123.833 e 1.380.337 .....	151
<b>5 Vetores para Formação da Conclusão.....</b>	<b>159</b>
5.1 Diferenciação Realizada. Ação Coletiva de Rito Ordinário, Ação Civil Pública e Mandado de Segurança Coletivo .....	161
5.2 Princípios do não retrocesso e do processo civil de resultados.....	173

5.3 Direito fundamental ao acesso efetivo à justiça, igualdade e a dignidade da pessoa humana.....	177
5.4 Respeito ao Devido Processo Legal e a necessária ampliação do contraditório na liquidação e execução do título.....	183
5.5 O posicionamento atual e a criação de super-legitimados.....	188
5.6 O Ordenamento Jurídico tratado como um sistema e com integridade.....	189
<b>6 Conclusão.....</b>	<b>197</b>
<b>Referências.....</b>	<b>207</b>